

## **O FUTURO GOVERNO DE UNIÃO NACIONAL**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 17.07.1984

Há uma justificada euforia no plano político na medida em que a candidatura Tancredo Neves se consolida. Ao apoio de toda a sociedade, que as pesquisas de opinião pública estão agora confirmando, somou-se o apoio da Frente Liberal. Ainda que haja muito a fazer para derrotar de vez o autoritarismo, e, portanto que o otimismo deva ser combinado com a devida cautela, não há dúvida que a união nacional interclassista a favor do restabelecimento da democracia tomou forma na candidatura Tancredo Neves. Lançada pelo governador de São Paulo há cerca de dois meses, passou a ser coordenada politicamente por Ulysses Guimarães, a partir da retirada da emenda Figueiredo, e agora, com o apoio da Frente Liberal, tornou-se definitiva. A tentativa do general Geisel de impedir ou adiar o apoio de Aureliano Chaves e da Frente Liberal a Tancredo Neves não funcionou. A presidência encontra-se agora sem instrumentos para reunificar o PDS. Os militares não pretendem intervir no processo. E a eleição de Tancredo Neves pela via indireta, por um mandato mínimo de três anos, com o compromisso da convocação de uma Assembléia Constituinte em 1986, é hoje uma quase certeza.

Candidato de transição e de união nacional, o governador Tancredo Neves será, por definição, um governo de centro e de compromisso. Não se deve esperar, portanto nenhum favorecimento especial seja à classe trabalhadora, seja à classe capitalista, seja às classes médias assalariadas.

Mas no plano econômico e social algumas medidas que, como a própria candidatura Tancredo Neves, constituem um consenso nacional, deverão ser tomadas.

Entre essas medidas de consenso, a mais óbvia será a retomada do crescimento econômico, o aumento do nível da produção não apenas para exportação, mas também para o mercado interno, e a recuperação dos níveis de emprego. O maior problema social

do Brasil hoje é o desemprego. E a única forma de efetivamente aumentar os níveis de emprego será aumentando a demanda efetiva através de medidas monetárias e fiscais descontracionistas.

Estas medidas implicarão necessariamente no aumento das importações. Como, por outro lado, (1) as taxas de juros no mercado internacional deverão continuar a crescer, e (2) como as altas taxas de crescimento das exportações do Brasil neste primeiro semestre não deverão se manter porque estão baseadas em um déficit comercial dos Estados Unidos insustentável, o superávit comercial brasileiro tenderá a cair em 1985 e o déficit em conta corrente deverá aumentar. Nestes termos, os acordos com o Fundo Monetário Internacional não poderão ser mantidos.

Em conseqüência, e já sabendo desses fatos, o governador Tancredo Neves tem insistentemente afirmado que renegociará a dívida brasileira dilatando os prazos e fixando à taxa de juros em níveis viáveis. Este é o outro consenso nacional. Uma mudança profunda em nossas relações com nossos credores é uma necessidade reconhecida por todos, inclusive por nossos próprios credores, e não deixará de ser realizada pelo futuro governo de união nacional.(17/07)